

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Cotistas da
Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda. (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Cooperativa e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Cooperativa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros financeiros, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

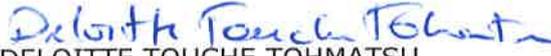
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 13 de março de 2018


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS


Marcelo de Figueiredo Seixas
Contador
CRC nº 1 PR 045179/O-9

Unimed Porto Alegre — Cooperativa Médica Ltda.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Ativo circulante		868.618	722.570	Passivo circulante		473.268	448.046
Disponível		3.796	14.661	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		323.790	321.864
Realizável		864.822	707.909	Provisão de prêmio/contraprestação não ganha — PPCNG	14	-	26.566
Aplicações financeiras		697.076	551.499	Provisão para remissão	14	9.216	7.114
Aplicações vinculadas a provisões técnicas	6	352.285	395.419	Provisão de eventos a liquidar para SUS	14	33.577	24.254
Aplicações não vinculadas	6	344.791	156.080	Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores	14	178.815	149.459
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	7	53.321	45.105	Provisão para eventos ocorridos e não avisados — PEONA	14	102.182	114.471
Créditos de operações com planos de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	7	81.974	75.007	Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	14	26.262	25.385
Créditos tributários e previdenciários	8	17.142	23.812	Provisões	19	9.786	9.927
Bens e títulos a receber		11.445	8.815	Tributos e encargos sociais a recolher	15	52.906	32.035
Despesas antecipadas		3.746	3.536	Empréstimos e financiamentos a pagar	16	4.909	2.241
Conta — corrente com cooperados		118	135	Débitos diversos	17	54.222	55.476
				Conta corrente de cooperados	18	1.393	1.118
Ativo não circulante		202.779	198.617	Passivo não circulante		85.061	82.466
Realizável a longo prazo		79.041	79.398	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		16.519	12.877
Títulos e créditos a receber		148	220	Provisão para remissão	14	16.519	12.877
Ativo fiscal diferido	9	24.295	21.553	Provisões		68.368	67.030
Depósitos judiciais e fiscais	10	45.497	48.951	Provisões para ações judiciais	19	68.368	67.030
Outros créditos a receber a longo prazo		9.101	8.674	Empréstimos e financiamentos a pagar	16	174	2.153
Investimentos		25.385	23.332	Débitos diversos	17	-	406
Participações societárias		25.385	23.332	Patrimônio líquido		513.068	390.675
Participações societárias — operadora de planos de assistência à saúde	11	8.657	8.657	Capital social	20	275.889	239.835
Outros investimentos	11	16.728	14.675	Reservas		225.261	133.978
Imobilizado	12	70.543	67.334	Reserva de reavaliação	20	3.328	3.459
Imóveis de uso próprio		23.616	24.077	Reservas de sobras	20	221.933	130.519
Imóveis — hospitalares / odontológicos		10.744	10.972	Ajustes de avaliação patrimonial		(388)	-
Imóveis — não hospitalares / odontológicos		12.872	13.105	Sobras à disposição da AGO	20	12.306	16.862
Imobilizado de uso próprio		28.295	25.674				
Hospitalares / odontológicos		11.718	12.763				
Não hospitalares / odontológicos		16.577	12.911				
Imobilizações em curso		2.516	743				
Outras imobilizações		16.116	16.840				
Intangível	13	27.810	28.553				
Total do ativo		1.071.397	921.187	Total do passivo		1.071.397	921.187

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed Porto Alegre — Cooperativa Médica Ltda.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	2017	2016
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		2.196.930	1.947.762
Receitas com operações de assistência à saúde		2.224.520	1.961.082
Contraprestações líquidas		2.230.264	1.964.093
Variação das provisões técnicas		(5.744)	(3.011)
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(27.590)	(13.320)
Eventos indenizáveis líquidos		(1.805.925)	(1.692.442)
Eventos conhecidos ou avisados	22	(1.818.214)	(1.675.865)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		12.289	(16.577)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		391.005	255.320
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	23	13.570	12.568
Outras receitas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	23	322.023	289.836
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		274.390	244.851
Receitas com administração de intercâmbio eventual — assistência médico-hospitalar		47.169	44.421
Outras receitas operacionais		464	564
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde da operadora		(7.832)	(6.504)
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	23	(12.579)	(19.256)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(6.565)	(14.942)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(390)	(582)
Provisão para perdas sobre créditos		(5.624)	(3.732)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	23	(360.182)	(290.841)
Resultado bruto		346.005	241.123
Despesas de comercialização	22	(3.334)	(4.302)
Despesas administrativas	22	(238.464)	(220.493)
Resultado financeiro líquido	24	52.321	66.863
Receitas financeiras	24	89.668	94.779
Despesas financeiras	24	(37.347)	(27.916)
Resultado patrimonial		1.539	1.338
Receitas patrimoniais		1.614	1.915
Despesas patrimoniais		(75)	(577)
Resultado antes dos impostos e das participações		158.067	84.529
Imposto de renda	25	(35.156)	(16.912)
Contribuição social	25	(13.294)	(6.431)
Impostos diferidos	25	2.711	3.830
Participações no resultado	17	(8.935)	(2.365)
Resultado líquido		103.393	62.651

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed Porto Alegre — Cooperativa Médica Ltda.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado líquido	<u>103.393</u>	<u>62.651</u>
Outros componentes do resultado abrangente		
Ativos financeiros disponíveis para venda	<u>(388)</u>	<u>6</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>103.005</u>	<u>62.657</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed Porto Alegre — Cooperativa Médica Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Reservas de sobras				Sobras acumuladas		Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Fundo de reserva	FATES	Outras reservas	Reservas de reavaliação	Atos cooperativos	Atos não cooperativos		Ajustes de avaliação patrimonial
Saldos em 31 de dezembro de 2015	209.281	13.754	70.060	703	3.643	3.480	-	(6)	300.915
Destinação das sobras do exercício de 2015									
Aumento de capital	3.480	-	-	-	-	(3.480)	-	-	-
Imposto de renda retido na fonte sobre sobras capitalizadas	(895)	-	-	-	-	-	-	-	(895)
Aumento de capital									
Integralização do capital (nota 20 (a))	15.391	-	-	-	-	-	-	-	15.391
Baixa de desligamento de cooperados (nota 20 (a))	(1.385)	-	-	-	-	-	-	-	(1.385)
Juros sobre remuneração de capital (nota 20 (a))	13.963	-	-	-	-	-	-	-	13.963
Reversões de reservas									
Movimentação do fundo de reserva (nota 20 (b))	-	51	-	-	-	-	-	-	51
Reserva de reavaliação (nota 20 (c))									
Tributos diferidos sobre realização	-	-	-	-	(22)	-	-	-	(22)
Realização	-	-	-	-	(162)	162	-	-	-
Total do resultado abrangente									
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	6	6
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	22.568	40.083	-	62.651
Proposta da destinação das sobras: (nota 20 (d))									
Fundo de reserva — 20% ACP	-	4.514	-	-	-	(4.514)	-	-	-
FATES — 5% ACP	-	-	1.128	-	-	(1.128)	-	-	-
FATES — resultado atos não cooperativos — ACA	-	-	40.083	-	-	-	(40.083)	-	-
Fundo de apoio operacional — 1% ACP	-	-	-	226	-	(226)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	239.835	18.319	111.271	929	3.459	16.862	-	-	390.675
Destinação das sobras do exercício de 2016									
Aumento de capital	16.862	-	-	-	-	(16.862)	-	-	-
Imposto de renda retido na fonte sobre sobras capitalizadas	(4.404)	-	-	-	-	-	-	-	(4.404)
Aumento de capital									
Integralização do capital (nota 20 (a))	10.938	-	-	-	-	-	-	-	10.938
Baixa de desligamento de cooperados (nota 20 (a))	(2.411)	-	-	-	-	-	-	-	(2.411)
Juros sobre remuneração de capital (nota 20 (a))	15.069	-	-	-	-	-	-	-	15.069
Reversões de reservas									
Movimentação do fundo de reserva (nota 20 (b))	-	165	-	-	-	-	-	-	165
Reserva de reavaliação (nota 20 (c))									
Tributos diferidos sobre realização	-	-	-	-	31	-	-	-	31
Realização	-	-	-	-	(162)	162	-	-	-
Total do resultado abrangente									
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	(388)	(388)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	16.411	86.982	-	103.393
Proposta da destinação das sobras: (nota 20 (d))									
Fundo de reserva — 20% ACP	-	3.282	-	-	-	(3.282)	-	-	-
FATES — 5% ACP	-	-	821	-	-	(821)	-	-	-
FATES — resultado atos não cooperativos — ACA	-	-	86.982	-	-	-	(86.982)	-	-
Fundo de apoio operacional — 1% ACP	-	-	-	164	-	(164)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	275.889	21.766	199.074	1.093	3.328	12.306	-	(388)	513.068

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed Porto Alegre — Cooperativa Médica Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa — método direto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2017	2016
Atividades operacionais		
(+) Recebimentos de planos de saúde	2.579.954	2.344.576
(+) Resgate de aplicações financeiras	1.623.589	968.384
(+) Recebimento de juros de aplicações financeiras	63.367	70.275
(+) Outros recebimentos operacionais	32.799	11.859
(-) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(1.800.295)	(1.684.207)
(-) Pagamento de comissões	(3.334)	(4.302)
(-) Pagamento de pessoal	(68.877)	(64.228)
(-) Pagamento de pró-labore	(3.286)	(2.901)
(-) Pagamento de serviços de terceiros	(311.034)	(266.641)
(-) Pagamento de tributos	(273.604)	(214.282)
(-) Pagamento de processos (cíveis/trabalhistas/tributários)	(21.129)	(9.228)
(-) Pagamento de promoção/publicidade	(13.089)	(12.185)
(-) Aplicações financeiras	(1.780.441)	(1.092.941)
(-) Outros pagamentos operacionais	(19.305)	(18.594)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	5.315	25.585
Atividades de investimentos		
(+) Recebimento de dividendos	118	112
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado — hospitalar	(1.969)	(7.656)
(+) Recebimento de venda de ativo imobilizado — hospitalar	174	60
(+) Recebimento de venda de ativo imobilizado — outros	34	-
(-) Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado e intangível — outros	(16.502)	(14.517)
(-) Pagamentos de aquisição de participação em outras empresas	(470)	(1.596)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(18.615)	(23.597)
Atividades de financiamentos		
(+) Integralização capital em dinheiro	10.637	13.463
(+) Outros recebimentos de atividades de financiamentos	1.526	2.047
(-) Pagamentos de amortização e juros de empréstimos/financiamentos/"leasing"	(5.358)	(642)
(-) Outros pagamentos das atividades de financiamentos	(4.370)	(8.649)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	2.435	6.219
Variação líquida do caixa	(10.865)	8.207
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.661	6.454
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.796	14.661

A conciliação entre o fluxo de caixa operacional e o resultado líquido está demonstrada na nota 27.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed Porto Alegre — Cooperativa Médica Ltda.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2017	2016
Receitas		
Contraprestações emitidas líquidas	2.230.264	1.964.093
Outras receitas	335.593	302.404
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.624)	(3.732)
	<u>2.560.233</u>	<u>2.262.765</u>
Variação das provisões técnicas		
Provisão para remissão	(5.744)	(3.011)
	<u>2.554.489</u>	<u>2.259.754</u>
Receita líquida operacional		
Eventos e despesas operacionais		
Eventos indenizáveis líquidos	(1.034.358)	(969.886)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados	12.289	(16.577)
Outras despesas operacionais	(182.733)	(148.905)
	<u>(1.204.802)</u>	<u>(1.135.368)</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros, patrimoniais, comercialização e outros operacionais	(144.962)	(129.822)
	<u>1.204.725</u>	<u>994.564</u>
Valor adicionado bruto		
Depreciação e amortização	(20.574)	(19.271)
	<u>1.184.151</u>	<u>975.293</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	89.668	94.779
Receitas patrimoniais	1.614	1.915
	<u>1.275.433</u>	<u>1.071.987</u>
Valor adicionado total a distribuir		
Distribuição do valor adicionado		
Remuneração do trabalho		
Cooperados		
Produção (consultas e honorários)	847.490	754.105
Benefícios	3.912	3.829
Dirigentes, conselheiros e empregados	109.270	98.451
Salários, 13º salário, férias, etc.	46.430	42.244
Benefícios	5.596	5.291
FGTS	8.935	2.365
Participação nos resultados		
Impostos, taxas e contribuições	71.222	31.935
Federais	26.770	25.212
Previdência Social	36	46
Estaduais	14.965	11.994
Municipais	742	722
Contribuições para a sociedade		
Remuneração de capitais de terceiros	172	167
Juros	18.594	16.439
Aluguéis	178	108
Outras ("royalties" e direitos autorais)		
Remuneração de capitais próprios	17.728	16.428
Juros sobre remuneração de capital	91.087	45.789
Constituição de reservas e fundos	12.306	16.862
Sobras à disposição da AGO		
	<u>1.275.433</u>	<u>1.071.987</u>
Valor adicionado distribuído		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Unimed Porto Alegre — Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

1 Informações gerais

A Unimed Porto Alegre — Cooperativa Médica Ltda. foi constituída em 23 de dezembro de 1971, no município de Porto Alegre — RS. Tem como objetivo promover o estímulo, o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades de caráter comum, bem como promover a eliminação de qualquer forma de intermediação econômica, na prestação de serviços do médico ao paciente, seja ela realizada por meio de sociedades mercantis, civis ou filantrópicas. Está registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e é integrante do Sistema Unimed por intermédio da Federação Unimed do Rio Grande do Sul.

A Unimed Porto Alegre atua nos municípios de Porto Alegre, Canoas, Esteio, Cachoeirinha, Gravataí, Alvorada, Sapucaia do Sul, Osório, Viamão, Guaíba e cidades da região Centro-Sul, além da região do Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul. O quadro societário da Unimed Porto Alegre é composto por 6.583 médicos (2016 — 6.465).

Constitui-se como uma sociedade de pessoas com natureza jurídica própria, sob a forma de cooperativa de trabalho, cujos associados se compõem essencialmente por profissionais da classe médica. A Cooperativa foi constituída sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, já que os associados respondem subsidiariamente pelos compromissos da sociedade de forma limitada ao valor do capital por eles subscrito.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Cooperativa em 13 de março de 2018.

2 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades regulamentadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela ANS, as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e observando a Lei das Cooperativas nº 5.764/71. O modelo de apresentação e o plano de contas seguem regulamentação da RN 418/2016 da ANS. Eles evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, que estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso, pela Administração, de certas estimativas contábeis críticas e também, o uso de julgamentos que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores das receitas, dos custos e das despesas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) está sendo apresentada de forma voluntária pela Cooperativa como informação suplementar, de acordo com as normas da ANS e sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.1 Disponível (caixa e equivalentes de caixa)

O disponível é constituído de numerários em caixa e depósitos bancários.

2.2 Ativos financeiros

2.2.1 Classificação

A Cooperativa classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros pelo valor justo por meio de resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria no caso de aquisição, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Esses ativos financeiros são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo e são incluídos como ativo circulante. Os empréstimos e recebíveis da Cooperativa compreendem "disponível" e "créditos de operações com planos de assistência à saúde relacionados ou não com planos de saúde da operadora" (notas 2.1 e 2.3).

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos e não classificados em nenhuma das categorias anteriores. A Cooperativa pode negociar seus ativos financeiros antes do vencimento em caso de não estarem vinculados a ativos garantidores.

2.2.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação — data na qual a Cooperativa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, mensurados pelo valor justo, acrescido dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados no resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Cooperativa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos, financiamentos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

A Cooperativa opera basicamente títulos de liquidez imediata no grupo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo, que se aproximam de seu valor de mercado.

As variações no valor justo de títulos classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio líquido.

2.2.3 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados por custo amortizado

A Cooperativa avalia no fim de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Cooperativa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou do principal;
- (iii) probabilidade de que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou
- (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

A Cooperativa mensura o *impairment* com base na diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido, a reversão da perda por *impairment* conhecida anteriormente será registrada na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Cooperativa avalia no fim de cada exercício, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos aqui classificados, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se existir essa evidência para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo, medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado, será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Unimed Porto Alegre — Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

2.3 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Referem-se aos valores a receber pela venda de contratos de planos de assistência à saúde, reconhecidos pelo valor justo, deduzida a provisão para perdas sobre créditos. Na prática são normalmente reconhecidos pelo valor faturado, ajustado pela provisão para perdas sobre créditos, se necessário.

Destacam-se nesse grupo:

- **Preestabelecido:** mensalidades fixas do plano privado de assistência à saúde calculadas antes da utilização das coberturas contratadas.
- **Pós-estabelecido:** valor faturado de plano privado de assistência à saúde calculado conforme a realização das despesas de utilização das coberturas contratadas.

2.4 Créditos de operações com planos de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Referem-se principalmente aos valores a receber e a faturar de operações de assistência à saúde prestados a outras Unimed. Destacam-se nessa modalidade os Intercâmbios, que tratam de atendimentos eventuais por uma operadora (Cessionária) a um beneficiário do plano de saúde de outra operadora (Cedente). Nesse caso, a Cedente deve considerar o atendimento como de um prestador de serviço conveniado e reconhecê-lo como evento. Já a Cessionária está funcionando como simples prestadora de serviço (apesar de ser operadora) e tratará a operação de prestação de serviços não relacionados com seus planos de saúde, inclusive, segregando os valores do atendimento e de qualquer adicional cobrado pelo serviço prestado.

Registram-se ainda nesse grupo outros créditos operacionais de prestação de serviços médico-hospitalares (convênios e particulares) reconhecidos pelo valor justo, deduzida a provisão para perdas sobre créditos. Na prática são normalmente reconhecidos pelo valor faturado, ajustado pela provisão para perda sobre créditos, se necessário.

2.5 Bens e títulos a receber

2.5.1 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo de aquisição ou pelo valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do "custo médio ponderado". O custo dos estoques compreende o valor dos materiais médicos, medicamentos e insumos utilizados nas operações das unidades de serviços próprios da Cooperativa. Os estoques estão localizados no Hospital Unimed, no Centro de Oncologia, na Unidade Assistencial Canoas e na Central de Abastecimento Farmacêutico.

2.6 Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais estão vinculados a processos tributários, cíveis e trabalhistas, em discussão judicial, atualizados até 31 de dezembro de 2017 (nota 10).

A partir de 2014, os depósitos judiciais foram compensados com as respectivas provisões e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial. Permanecem no ativo os valores para os quais não há provisão.

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

2.7 Investimentos

Consistem, em sua maioria, em quotas de sociedades congêneres e estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando necessário (nota 11).

2.8 Imobilizado

Terrenos e prédios compreendem principalmente a sede e as unidades próprias de atendimento de assistência à saúde e são demonstrados com base em avaliações efetuadas por avaliadores independentes, deduzida a subseqüente depreciação para prédios. A parcela da reserva de reavaliação constituída em 2007 referente a prédios é transferida (realizada) para resultado líquido na mesma proporção em que os prédios são depreciados. A parcela da reserva de reavaliação sobre terrenos somente será transferida (realizada) para resultado líquido quando os terrenos forem alienados.

Os demais itens do imobilizado são mensurados pelo seu custo histórico atribuído na aquisição dos bens, deduzida a depreciação acumulada.

Os custos subseqüentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e as manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

As benfeitorias em imóveis de terceiros, são amortizadas a razão de 20% ao ano, com exceção dos imóveis alugados das unidades do Shopping Total, Unidade Assistencial Canoas e Cachoeirinha, onde a amortização é realizada conforme os contratos de locação, não inferior a 5 anos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Prédios	60 anos
- Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
- Móveis e utensílios	12 anos
- Instalações	10 anos
- Veículos	5 anos
- Equipamentos médicos	10 anos
- Equipamentos de comunicação	12 anos
- Equipamentos de informática	4 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no fim de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado (nota 12).

2.9 Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil operacionais são reconhecidos (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) na demonstração do resultado pelo método linear, durando o período de arrendamento.

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

2.10 Intangível

As licenças de *software* adquiridas são contabilizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo período da validade da licença, que varia de um a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis aos projetos são reconhecidos como ativos intangíveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não sejam diretamente atribuíveis aos projetos são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

A carteira de clientes foi mensurada pelo custo no momento do reconhecimento inicial, deduzida da amortização acumulada e de possíveis perdas estimadas por redução ao valor recuperável. O custo desse intangível considera o seu preço de compra. O valor registrado foi totalmente amortizado à razão de 20% ao ano a partir da aquisição da carteira.

2.11 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para que sejam identificadas evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando esse for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.12 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

2.12.1 Provisão para remissão

A Resolução Normativa 393/2015, de 9 de dezembro de 2015, obriga a constituição de provisão para remissão. A metodologia, definida em nota técnica atuarial, é utilizada para assegurar aos dependentes do titular falecido a garantia do atendimento à saúde prevista contratualmente.

2.12.2 Provisão de eventos a liquidar para SUS

Os eventos a liquidar para SUS referem-se aos valores cobrados das operadoras de planos privados de assistência à saúde pela ANS relativos aos atendimentos previstos nos contratos com os beneficiários da operadora que tenham sido efetuados na rede pública integrante do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com a RN 393/15 da ANS, essa provisão deve ser lastreada por ativos garantidores.

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

2.12.3 Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores

Com base na Resolução Normativa 209/2009 da ANS, alterada pela RN 393/2015, é adotado como prática pela Cooperativa o registro contábil das Provisões de Eventos a Liquidar pelo seu valor integral cobrado pelo prestador, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de transmissão, direta ou indireta, que evidencie a realização do procedimento assistencial do beneficiário.

Conforme mencionado na nota 6, a provisão de eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores, sendo obrigatória a vinculação para eventos que tenham sido avisados há mais de 30 dias para a operadora.

São reconhecidos pelo valor justo, o que na prática, corresponde ao valor das contas médico-hospitalares.

2.12.4 Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

Conforme a Resolução Normativa 209/2009, alterada pela RN 393/2015, a PEONA deve ser estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à operadora de planos de assistência à saúde.

2.12.5 Provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG)

A provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG), regulamentada pela RN 393/2015 da ANS, compreende a apropriação das contraprestações e dos prêmios em preço preestabelecido pelo valor correspondente ao rateio diário – *pro rata dia* – do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

O cálculo da PPCNG deve apurar a parcela de prêmios não ganhos relativo ao período de cobertura do risco.

2.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e desde que possa ser feita a estimativa confiável do valor.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

2.14 Benefícios a empregados - participação nos resultados

A Cooperativa reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma metodologia que leva em conta o resultado líquido e as metas de gestão alcançadas.

2.15 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são reconhecidos sobre o montante registrado relativo à reserva de reavaliação de edificações.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e que as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados a alíquotas de impostos de acordo com a legislação fiscal, que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

2.16 Tributos e encargos sociais a recolher

Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

Foram calculados com base no critério cumulativo para os atos cooperativos principais e auxiliares, deduzindo-se, da base de cálculo, a parcela das contraprestações pecuniárias destinada à constituição de provisões técnicas e o valor referente às indenizações correspondentes aos eventos ocorridos, conforme determina a legislação fiscal, MP nº 2.158-35/2001.

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN

A partir de janeiro de 2013, é calculado conforme a Lei Complementar nº 706, de 26 de dezembro de 2012, do município de Porto Alegre - RS, deduzidos da receita bruta dos serviços prestados os valores repassados para médicos, hospitais, clínicas e laboratórios, com alíquota de 3,5%.

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ foi calculado com base na alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre a parcela do resultado tributável superior a R\$ 240 no ano e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 9%, tendo por base o resultado contábil dos atos cooperativos auxiliares, ajustados pelas adições e exclusões definidas na legislação fiscal (nota 25).

2.17 Empréstimos a pagar

Os empréstimos compreendem valores utilizados para aquisição de ativos obtidos por meio da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME (Bancos Bradesco e Santander) e financiamentos via Banco IBM, Aymoré/Santander.

2.18 Capital social

O capital social da Cooperativa é composto de quotas-partes nominalmente atreladas aos cooperados registrados de forma regular na Unimed Porto Alegre. A movimentação do capital social dá-se pelo ingresso de novos cooperados na sociedade, pela necessidade de aporte de valores por parte dos cooperados, pela capitalização de sobras e juros sobre o capital próprio e pelo desligamento de cooperados, conforme premissas constantes no estatuto da Cooperativa.

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

2.19 Reconhecimento da receita e respectivos custos

Por determinação da ANS, são registrados como "contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde" o resultado líquido dos ingressos (receitas), deduzidas as variações das provisões técnicas, os abatimentos, os cancelamentos e as restituições, que são registrados por período de implantação do plano, natureza jurídica da contratação, modalidade de cobertura e classificados de acordo com os atos cooperativos principais e auxiliares.

A apropriação da receita observa o regime de competência de exercícios considerando:

(i) nos contratos com preços preestabelecidos, o período de cobertura contratual; e (ii) nos contratos com preços pós-estabelecidos, a data em que se fazem presentes os fatos geradores da receita.

A apropriação dos respectivos custos (eventos indenizáveis) ocorre quando do recebimento das respectivas contas e por meio da constituição de provisão, como mencionado na nota 14.

As demais receitas e despesas observam o regime de competência de exercícios para o seu reconhecimento.

2.20 Receitas e despesas de operações de responsabilidade de outras Unimed (Intercâmbio)

As operações de responsabilidade de outras Unimed (Intercâmbio) decorrentes de atendimentos de cooperados (honorários médicos) são reconhecidas como ativo e passivo em contrapartida às rubricas de receitas com operações de assistência médico-hospitalar e outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora na demonstração do resultado, respectivamente.

Para os atendimentos efetuados por prestadores pessoa jurídica, as transações são reconhecidas, de forma líquida, como ativo no grupo de créditos de operações com planos de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora em contrapartida às rubricas de créditos de operações com planos de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora e débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora.

Os efeitos de ganhos ou perdas nessas transações, decorrentes de taxas de administração, mais ou menos valia são reconhecidos na demonstração do resultado, nas rubricas de receitas com operações de assistência médico-hospitalar ou outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora.

2.21 Atos cooperativos

São segregados em Atos Cooperativos Principais – ACP e Atos Cooperativos Auxiliares – ACA para fins de apuração de incidência tributária aplicável à Cooperativa (nota 21).

Os atos cooperativos principais correspondem aos serviços praticados entre as cooperativas e seus associados e pelas cooperativas entre si, quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais (Lei nº 5764, art.79).

Os atos cooperativos auxiliares são os praticados por terceiros não cooperados, a fim de auxiliar o trabalho médico e a atividade da Cooperativa.

Unimed Porto Alegre — Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

2.22 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas Comitê de Pronunciamentos Contábeis/CPC, mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis — CPC. A Cooperativa está avaliando os impactos da sua adoção.

<u>Norma</u>	<u>Assunto</u>
CPC 47	"Receita de Contratos com Clientes". Essa nova norma identifica os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Entrará em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui o CPC 17 ("Contratos de Construção"), CPC 30 ("Receitas") e correspondentes interpretações;
CPC 48	"Instrumentos Financeiros". Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Entrará em vigor em 1º de janeiro de 2018 substituindo o CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O CPC 48 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Apresenta, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O CPC 48 abranda as exigências de efetividade do <i>hedge</i> , bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de <i>hedge</i> e que o índice de <i>hedge</i> seja o mesmo que aquele que a Administração de fato usa para fins de gestão do risco.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Cooperativa.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis

As vidas úteis do imobilizado foram determinadas por meio de laudos de avaliação. Todos os possíveis impactos das revisões das vidas úteis são reconhecidos sempre prospectivamente nas demonstrações financeiras da Cooperativa.

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

A Cooperativa utiliza metodologia atuarial própria, devidamente consubstanciada por uma Nota Técnica Atuarial – NTA aprovada pela ANS para o cálculo da PEONA. O critério de cálculo utilizado baseia-se no percentual médio ponderado obtido por meio da construção do "Triângulo de Run-off", relativo aos valores não avisados, segundo o mês de ocorrência do evento e registrado de acordo com as normas da ANS.

A metodologia utilizada para cálculo da PEONA contém duas variáveis importantes: dias de atraso para registro contábil dos eventos e média de 12 meses do custo assistencial em contratos com preço preestabelecido.

Como exemplo de efeito da variável custo hoje observadas, pode-se estimar que, se o custo assistencial médio aumentar em 10%, mantido o prazo médio de apresentação das contas, a necessidade de constituição da PEONA aumentará em R\$ 10.218 (2016 – R\$ 11.447).

Provisão para contratos onerosos

De acordo com o CPC 25, um contrato oneroso é "aquele em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo deste". No caso de existir um contrato oneroso, será reconhecida a obrigação presente de acordo com o contrato, com a necessidade de ser reconhecida e mensurada como provisão. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato – dos dois, o menor. (nota 19).

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Cooperativa a expõem a alguns riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Cooperativa.

A gestão de risco é realizada pela Superintendência Administrativa Financeira, com o apoio de agência de crédito, e aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. A Superintendência Administrativa Financeira analisa e recomenda instituições financeiras com baixo risco, utiliza o mesmo critério para recomendar ativos financeiros. A Diretoria Executiva e o Conselho de Administração, mediante os estudos apresentados pela Superintendência Administrativa Financeira, definem parâmetros para concentração das operações financeiras por instituição e papel, como forma de proteção do caixa.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde. A Superintendência Administrativa Financeira avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, sua experiência passada e outros fatores. As vendas para clientes são liquidadas por meio de boleto bancário ou débito em conta corrente.

Unimed Porto Alegre — Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Superintendência Administrativa Financeira. O gerenciamento do fluxo de caixa visa monitorar as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, bem como, constituir as exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a Agência Nacional de Saúde Suplementar — ANS.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em papéis do mercado financeiro, alocando em ativos de acordo com a política de tesouraria já estabelecida, garantindo liquidez para o cumprimento das obrigações da Cooperativa.

(c) Risco de mercado

O risco de taxa de juros da Cooperativa decorre, principalmente, do seu volume de aplicações financeiras. Todas as movimentações relacionadas à taxa de juros impactam no resultado da Cooperativa.

A política da Cooperativa é de (a) garantir com aplicações financeiras as provisões técnicas exigidas pela agência reguladora, vinculando-as em favor da ANS nos termos da Resolução Normativa nº 159/2007 e suas alterações, e (b) aplicar o excedente no mercado financeiro, buscando as melhores taxas de mercado nas instituições financeiras.

4.2 Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital é salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa para oferecer retorno aos cooperados.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Cooperativa pode rever a forma de distribuição de sobras do exercício, ou aumentar as quotas de participação deles na Cooperativa.

A Cooperativa monitora o capital com base no indicador da margem de solvência, regra financeira prudencial com foco na capitalização das operadoras de saúde, que consiste em uma garantia adicional às provisões técnicas, regulamentada pelo artigo 6º da RN 209 da ANS. A margem de solvência corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos para cobrir o maior montante entre os seguintes valores: 20% das contraprestações líquidas dos últimos 12 meses ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses.

Os prazos para adequação da margem de solvência foram redefinidos em 22 de dezembro de 2012 pela RN nº 313 resumindo-se os limites mínimos de percentuais e os respectivos prazos:

- Em 31 de dezembro de 2012 — 35%;
- Entre janeiro de 2013 e novembro de 2014, 35% adicionados à proporção cumulativa mensal de 0,25%;
- Em 31 de dezembro de 2014 — 41%;
- Entre janeiro de 2015 e novembro de 2022, 41% adicionados à proporção cumulativa mensal de 0,615%; e
- Em dezembro de 2022 — 100% da margem de solvência.

Em 2017, a Cooperativa encerrou o exercício com 93,11% de margem de solvência constituída (2016— 79,81%) frente à exigência da ANS de 63,14% até dezembro de 2017 (2016 — 55,76%).

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de créditos de operações com planos de assistência à saúde e eventos a liquidar com operações de assistência à saúde pelo valor contábil, menos provisão para perdas sobre créditos estejam próximos de seus valores justos.

Todos os ativos financeiros registrados na categoria “ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado” foram classificados como Nível 2 (informações), além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços), seja indiretamente (derivados dos preços).

5 Instrumentos financeiros por categoria

Categoria de ativos	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
31 de dezembro de 2017				
Ativos conforme balanço patrimonial				
Disponível – caixa e equivalentes de caixa	3.796	-	-	3.796
Aplicações – ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado	-	617.933	-	617.933
Aplicações – ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	79.143	79.143
Créditos de operações com planos de assistência à saúde relacionados ou não com planos de saúde da operadora	135.295	-	-	135.295
Total	139.091	617.933	79.143	836.167
31 de dezembro de 2016				
Ativos conforme balanço patrimonial				
Disponível – caixa e equivalentes de caixa	14.661	-	-	14.661
Aplicações – ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado	-	551.499	-	551.499
Créditos de operações com planos de assistência à saúde relacionados ou não com planos de saúde da operadora	120.112	-	-	120.112
Total	134.773	551.499		686.272
Categoria de passivos			2017	2016
Outros passivos financeiros				
Passivos conforme balanço patrimonial				
Fornecedores de bens e serviços			28.877	35.725
Provisão de eventos a liquidar			212.392	173.713
Empréstimos e financiamentos a pagar			5.083	4.394
Total			246.352	213.832

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais

6 Aplicações financeiras

(a) Aplicações vinculadas a provisões técnicas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	151.474	292.573
Fundo – títulos públicos de renda fixa	<u>176.792</u>	<u>102.846</u>
Total	<u>328.266</u>	<u>395.419</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	<u>24.019</u>	-
	<u>24.019</u>	-
Total	<u>352.285</u>	<u>395.419</u>

A Cooperativa mantém a constituição, vinculação e custódia de ativos garantidores das provisões técnicas de acordo com a RN 392/2015 da ANS alterada pela RN 419/2016.

Em dezembro de 2017, o montante de ativos garantidores vinculados à ANS está composto por: Provisão de Eventos a Liquidar avisados há mais de 30 dias para a operadora, Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados e Provisão de Remissão.

Conforme previsto na RN 392/2015 da ANS, foram deduzidos os depósitos judiciais referentes a eventos/sinistros contabilizados e ainda não pagos.

(b) Aplicações não vinculadas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	<u>289.667</u>	<u>156.080</u>
Total	<u>289.667</u>	<u>156.080</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	<u>55.124</u>	-
	<u>55.124</u>	-
Total	<u>344.791</u>	<u>156.080</u>

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

Os juros de aplicações financeiras são remunerados a taxas que variam de 97,5% a 105,5% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 31 de dezembro de 2017 (98% a 107% do CDI em 31 de dezembro de 2016).

7 Créditos de operações

(a) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Faturas a receber na modalidade de preestabelecido	30.070	22.629
Faturas a receber na modalidade de pós-estabelecido	23.017	20.569
Mensalidades a receber na modalidade de preestabelecido	<u>5.472</u>	<u>4.887</u>
	<u>58.559</u>	<u>48.085</u>
(-) Provisão para perdas sobre créditos	<u>(5.238)</u>	<u>(2.980)</u>
Total	<u><u>53.321</u></u>	<u><u>45.105</u></u>

As faturas e mensalidades a receber nas modalidades de preestabelecido e pós-estabelecido estão assim constituídas:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Créditos de planos individuais a vencer	570	354
Créditos de planos individuais vencidos até 60 dias	3.922	3.535
Créditos de planos individuais vencidos há mais de 60 dias	979	998
Créditos de planos coletivos a vencer	38.243	35.200
Créditos de planos coletivos vencidos até 90 dias	11.079	6.644
Créditos de planos coletivos vencidos há mais de 90 dias	<u>3.766</u>	<u>1.354</u>
Total	<u><u>58.559</u></u>	<u><u>48.085</u></u>

As movimentações na provisão para perdas sobre créditos da Cooperativa são as seguintes:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Em 1º de janeiro	(2.980)	(3.487)
Provisão/Reversão para perdas sobre créditos	<u>(2.258)</u>	<u>507</u>
Em 31 de dezembro	<u><u>(5.238)</u></u>	<u><u>(2.980)</u></u>

A constituição da provisão para perdas sobre créditos foi registrada no resultado do exercício. Os valores registrados na conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada. A Cooperativa não mantém nenhum título como garantia.

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

Conforme RN 418/2016 da ANS, e adotada como prática pela Cooperativa, para os planos individuais de preestabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada, e para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.

(b) Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Intercâmbio a receber	39.887	27.908
Outras contas a receber	<u>1.434</u>	<u>703</u>
Total	<u>41.321</u>	<u>28.611</u>
Intercâmbio a faturar	40.687	46.697
(-) Provisão para perdas sobre créditos	<u>(34)</u>	<u>(301)</u>
Total	<u>81.974</u>	<u>75.007</u>

Os créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora estão assim constituídos:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Créditos de intercâmbio a vencer	22.906	27.187
Créditos de intercâmbio vencidos até 90 dias	16.980	470
Créditos de intercâmbio vencidos há mais de 90 dias	-	251
Créditos de outras contas a vencer	1.285	513
Créditos de outras contas a receber vencidos até 90 dias	130	153
Créditos de outras contas a receber vencidos há mais 90 dias	<u>20</u>	<u>37</u>
Total	<u>41.321</u>	<u>28.611</u>

As movimentações na provisão para perdas sobre créditos da Cooperativa são as seguintes:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Em 1º de janeiro	(301)	(1.469)
Reversão para perdas sobre créditos	<u>267</u>	<u>1.168</u>
Em 31 de dezembro	<u>(34)</u>	<u>(301)</u>

Conforme RN 418/2016 da ANS, e adotados como prática pela Cooperativa, os créditos de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora, são provisionados para perdas em sua totalidade no caso de haver pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias.

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

8 Créditos tributários e previdenciários

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	258	638
Provisão Imposto de Renda sobre aplicações financeiras	11.476	9.633
PIS sobre faturamento retido na fonte	1.245	1.604
COFINS sobre faturamento retido na fonte	4.163	5.501
ISSQN retido na fonte	-	145
Antecipações de IRPJ exercício corrente	-	5.493
Antecipações de CSLL exercício corrente	-	798
Total	<u>17.142</u>	<u>23.812</u>

9 Ativo fiscal diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Impostos Diferidos Ativos		
Impostos diferidos ativos a serem recuperados depois de 12 meses	20.992	18.015
Impostos diferidos ativos a serem recuperados em até 12 meses	<u>4.165</u>	<u>4.431</u>
Total	<u>25.157</u>	<u>22.446</u>
Impostos Diferidos Passivos		
Impostos diferidos passivos a serem liquidados depois de 12 meses	(828)	(860)
Impostos diferidos passivos a serem liquidados em até 12 meses	<u>(34)</u>	<u>(33)</u>
Total	<u>(862)</u>	<u>(893)</u>
Impostos Diferidos Líquidos	<u>24.295</u>	<u>21.553</u>

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:

Impostos Diferidos Ativos	Adições temporárias	Total
Em 31 de dezembro de 2015	18.616	18.616
Creditado no resultado do exercício	3.830	3.830
Em 31 de dezembro de 2016	22.446	22.446
Creditado no resultado do exercício	2.711	2.711
Em 31 de dezembro de 2017	25.157	25.157
		Reserva de reavaliação
Em 31 de dezembro de 2015		(871)
Creditado diretamente no patrimônio		(22)
Em 31 de dezembro de 2016		(893)
Debitado diretamente no patrimônio		31
Em 31 de dezembro de 2017		(862)

A partir de 2017, de forma retroativa, apresentaremos os impostos diferidos ativos e passivos pelo valor líquido.

10 Depósitos judiciais e fiscais

	2017	2016
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	5.800	4.839
Instituto Nacional de Seguro Social – INSS	20.394	17.669
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN (a)	6.593	12.901
Depósito recursal/judicial trabalhista	7.527	7.912
Depósito judicial cível	3.128	3.043
Programa de Integração Social – PIS	1.146	938
Depósitos judicial eventos/sinistros	880	1.638
Outros depósitos judiciais	29	11
Total	45.497	48.951

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

Os depósitos judiciais efetuados, para os quais a correspondente provisão para contingência constituída, estão sendo apresentados como redutores das respectivas provisões, conforme nota 19.

(a) Em 2017 transitou em julgado decisão do TJ-RS consolidando o direito da Unimed Porto Alegre excluir os valores repassados aos hospitais, laboratórios e clínicas da base de cálculo do ISSQN devido ao tempo da vigência da LC 584/2007 (norma revogada em 12/2012). Mediante decisão, em outubro de 2017, foram revertidos os valores depositados judicialmente no processo no montante de R\$ 13.036 em favor da Cooperativa. O auto de infração que discutia a matéria foi consideravelmente reduzido permanecendo a cobrança de um saldo a liquidar. Em manifestação de inconformidade, a Cooperativa decidiu ajuizar ação para dar seguimento a discussão do valor remanescente, com garantia do juízo, realizando um depósito judicial em novembro de 2017 no montante de R\$ 5.800.

11 Investimentos

	Participação no capital social integralizado	2017	2016
	%		
Participações em operadoras de planos de assistência à saúde			
Unimed RS – Federação das Cooperativas Médicas do RS Ltda.	32,20	2.727	2.727
Unimed Seguradora S/A.	0,05	222	222
Central Nacional Unimed – Cooperativa Central	5,31	5.692	5.692
Outros investimentos		16	16
		<u>8.657</u>	<u>8.657</u>
Outros investimentos			
Cooperativa de Economia de Crédito Mútuo dos Médicos de Porto Alegre Ltda.	2,81	2.607	2.469
Cooperativa Central das Cooperativas Unimed do RS Ltda.	4,29	205	205
Unimed Participações S/A.	3,45	13.834	11.899
Outros investimentos		82	102
		<u>16.728</u>	<u>14.675</u>
Total		<u>25.385</u>	<u>23.332</u>

Os investimentos foram avaliados para fins de *impairment* e não foram identificadas evidências objetivas que resultem em eventuais perdas desses ativos. As variações decorrem de novas capitalizações, sobras recebidas e baixa de investimento.

Unimed Porto Alegre — Cooperativa Médica Ltda.**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais****12 Imobilizado****(a) Composição do saldo**

			2017	2016
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Prédios	29.874	(8.518)	21.356	21.817
Terrenos	2.260	-	2.260	2.260
Imóveis de uso próprio — hospitalar e não hospitalar	<u>32.134</u>	<u>(8.518)</u>	<u>23.616</u>	<u>24.077</u>
Móveis e utensílios	12.412	(5.618)	6.794	6.726
Instalações	8.334	(6.261)	2.073	2.541
Veículos	3.076	(1.959)	1.117	1.266
Equipamentos médicos	16.692	(6.874)	9.818	10.722
Equipamentos de comunicação	361	(291)	70	89
Equipamentos de informática	<u>25.569</u>	<u>(17.146)</u>	<u>8.423</u>	<u>4.330</u>
Imobilizado de uso próprio — hospitalar e não hospitalar	<u>66.444</u>	<u>(38.149)</u>	<u>28.295</u>	<u>25.674</u>
Imobilizações em curso	2.516		2.516	743
Outras imobilizações	<u>23.773</u>	<u>(7.657)</u>	<u>16.116</u>	<u>16.840</u>
Total	<u>124.867</u>	<u>(54.324)</u>	<u>70.543</u>	<u>67.334</u>

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais

	<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>Adições e transferências</u>	<u>Alienações / baixas</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>	<u>Adições e transferências</u>	<u>Alienações / baixas</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>
Prédios	29.792	-	-	29.792	82	-	29.874
Terrenos	2.260	-	-	2.260	-	-	2.260
Móveis e utensílios	11.277	2.196	(1.998)	11.475	1.062	(125)	12.412
Instalações	7.854	556	(222)	8.188	146	-	8.334
Veículos	2.892	902	(162)	3.632	225	(781)	3.076
Equipamentos médicos	9.963	6.492	(459)	15.996	715	(19)	16.692
Equipamentos de comunicação	588	-	(227)	361	-	-	361
Equipamentos de informática	22.981	1.633	(4.909)	19.705	6.643	(779)	25.569
Imobilizações em curso	1.328	(585)	-	743	1.773	-	2.516
Outras imobilizações	19.466	3.363	(657)	22.172	1.601	-	23.773
Total	108.401	14.557	(8.634)	114.324	12.247	(1.704)	124.867
Depreciação prédios	(7.471)	(504)	-	(7.975)	(543)	-	(8.518)
Depreciação móveis e utensílios	(5.536)	(888)	1.675	(4.749)	(965)	96	(5.618)
Depreciação instalações	(5.256)	(580)	189	(5.647)	(614)	-	(6.261)
Depreciação veículos	(2.208)	(310)	152	(2.366)	(368)	775	(1.959)
Depreciação equipamentos médicos	(4.524)	(1.134)	384	(5.274)	(1.612)	12	(6.874)
Depreciação equipamentos de comunicação	(447)	(30)	205	(272)	(19)	-	(291)
Depreciação equipamentos de informática	(17.745)	(2.489)	4.859	(15.375)	(2.537)	766	(17.146)
Depreciação outras imobilizações	(3.749)	(2.169)	586	(5.332)	(2.325)	-	(7.657)
Total	(46.936)	(8.104)	8.050	(46.990)	(8.983)	1.649	(54.324)
Total	61.465	6.453	(584)	67.334	3.264	(55)	70.543

(b) Outras informações

No montante de R\$ 12.247 referente a adições de imobilizado, o valor de R\$ 4.161 não movimentou o caixa.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia em processos tributários (nota 19 (d)).

O montante de R\$ 8.983 (2016 – R\$ 8.104) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "despesas administrativas".

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

13 Intangível

	<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>Adições e transferências</u>	<u>31 de dezembro de 2016</u>	<u>Adições e transferências</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>
<i>Softwares</i>					
Aquisição de carteira de clientes	66.086 5.450	11.763 -	77.849 5.450	10.848 -	88.697 5.450
Total	<u>71.536</u>	<u>11.763</u>	<u>83.299</u>	<u>10.848</u>	<u>94.147</u>
Amortização <i>softwares</i>					
Amortização aquisição de carteira de clientes	(39.105) (4.474)	(10.458) (709)	(49.563) (5.183)	(11.324) (267)	(60.887) (5.450)
Total	<u>(43.579)</u>	<u>(11.167)</u>	<u>(54.746)</u>	<u>(11.591)</u>	<u>(66.337)</u>
Total	<u>27.957</u>	<u>596</u>	<u>28.553</u>	<u>(743)</u>	<u>27.810</u>

(a) Outras informações

No montante de R\$ 10.848 referente a adições de intangível, o valor de R\$ 463 não movimentou o caixa.

O montante de R\$ 11.591 (2016 – R\$ 11.167) referente à despesa de amortização foi reconhecido no resultado em "despesas administrativas".

As aquisições de *softwares* referem-se à ampliação da infraestrutura da tecnologia da informação.

Em 2012, a Cooperativa (adquirente) assinou contrato de alienação de carteira de beneficiários com a Central Médica de Prevenção Ltda. (alienante). Na data-base 30 de junho de 2012, foram incluídos 16.618 beneficiários, sendo reconhecido o montante de R\$ 5.450 no ativo intangível da Cooperativa.

Em razão dessa negociação, a Cooperativa pagou R\$ 1.216 após a aprovação da ANS e manteve R\$ 4.234 em conta especial (*escrow account*) a fim de fazer frente às contingências apuradas em diligência realizada para esse fim. À medida que as contingências são mitigadas, os valores atualizados são liberados à alienante. Em 31 de dezembro de 2017, os valores atualizados a pagar por essa aquisição, no montante de R\$ 876 (2016 – R\$ 1.074), estão registrados no grupo de débitos diversos no passivo circulante (nota 17).

O valor registrado foi totalmente amortizado até abril de 2017, à razão de 20% ao ano desde a aquisição da carteira.

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

14 Provisões técnicas e débitos de operações de assistência à saúde

14.1 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG) (a)	-	26.566
Provisão para remissão (b)	25.735	19.991
Provisão de eventos a liquidar (c)	212.392	173.713
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (d)	<u>102.182</u>	<u>114.471</u>
Total	<u>340.309</u>	<u>334.741</u>
Circulante	323.790	321.864
Não circulante	<u>16.519</u>	<u>12.877</u>
Total	<u>340.309</u>	<u>334.741</u>

(a) Provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG)

A provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG) compreende a apropriação das contraprestações em preço preestabelecido pelo valor correspondente ao rateio diário do período de cobertura individual de cada contrato apropriado de acordo com o período de cobertura do risco.

Dessa forma a receita de contraprestação é reconhecida integralmente a cada mês, de acordo com o período de risco coberto pela operadora e com a execução do serviço, que se dá com o decurso da cobertura assistencial.

No ano de 2017, a Cooperativa reavaliou o registro da provisão de prêmio/contraprestação não ganha, alinhando o período da cobertura do risco com o reconhecimento da receita. O cálculo pro rata ocorre apenas na primeira emissão de cobrança, após isso o faturamento é por competência única.

A alteração desta prática teve efeito no saldo da conta provisão de prêmio/contraprestação não ganha – PPCNG no final do período.

(b) Provisão para remissão

A provisão para remissão visa assegurar aos dependentes do titular falecido a garantia do atendimento à saúde prevista contratualmente. A metodologia é definida em Nota Técnica Atuarial – NTA, aprovada pela ANS, considerando a expectativa de vida e o período de cobertura de cada beneficiário em gozo.

Por meio desse benefício os usuários em gozo ficam isentos de pagamento da contraprestação pecuniária pelo período estabelecido em contrato.

A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas.

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

(c) Provisão de eventos a liquidar

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Honorários médicos, laboratórios e clínicas	16.775	11.338
Hospitais, provisões e contas hospitalares	64.736	56.816
Contas assistenciais em análise – usuários da Cooperativa	97.304	81.305
Provisão de eventos a liquidar para SUS	<u>33.577</u>	<u>24.254</u>
Total	<u>212.392</u>	<u>173.713</u>

Os eventos a liquidar são registrados pelo valor integral cobrado na data do primeiro conhecimento pela operadora.

A provisão de eventos a liquidar para SUS é constituída quando a ANS apresenta a cobrança dos atendimentos dos beneficiários da Cooperativa na rede pública de saúde.

A provisão constituída de eventos a liquidar avisados há mais de 30 dias está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas.

(d) Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

A Unimed Porto Alegre atende à normativa estabelecida pela ANS e constitui 100% da referida provisão através de metodologia própria consubstanciada por Nota Técnica Atuarial de Provisão – NTAP.

A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas.

14.2 Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas assistenciais em análise – usuários do intercâmbio	22.594	19.775
Contestações em análise – usuários do intercâmbio	<u>3.668</u>	<u>5.610</u>
Total	<u>26.262</u>	<u>25.385</u>

Registra as operações de intercâmbio eventual, referente a operações de atendimento de beneficiários de outras cooperativas do sistema Unimed.

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
15 Tributos e encargos sociais a recolher		
ISSQN	716	298
FGTS, INSS e PIS sobre folha de pagamento	7.931	3.074
IRRF	31.226	23.459
INSS, PIS, COFINS e CSLL retidos na fonte	5.269	4.903
IRPJ a pagar	1.540	-
CSLL a pagar	2.559	-
PIS e COFINS a pagar	<u>3.665</u>	<u>301</u>
Total	<u><u>52.906</u></u>	<u><u>32.035</u></u>
16 Empréstimos e financiamentos a pagar		
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Financiamento Aymoré/Santander	-	836
FINAME Bradesco	403	632
FINAME Santander	-	2.259
Financiamento IBM	<u>4.680</u>	<u>667</u>
Total	<u><u>5.083</u></u>	<u><u>4.394</u></u>
Circulante	4.909	2.241
Não circulante	<u>174</u>	<u>2.153</u>
Total	<u><u>5.083</u></u>	<u><u>4.394</u></u>

A Cooperativa obteve empréstimo para aquisição de equipamentos de informática, tendo sido os bens adquiridos objeto de garantia do valor tomado:

- Em 2014 pelo Banco Bradesco (FINAME migrado para o Bradesco em função da incorporação do HSBC Bank Brasil S/A pelo Bradesco S/A) com taxa de juros efetiva e previsão de término das parcelas em setembro de 2019;

- Em 2016 pelo Banco Aymoré/Santander com término das parcelas em abril de 2017;

- Em 2017 pelo Banco IBM com previsão de término em setembro de 2018.

Em 2016 a Cooperativa obteve empréstimo para aquisição de um equipamento de ressonância magnética disponibilizado pelo Banco Santander (FINAME), sendo o término das parcelas em dezembro de 2020, tendo sido os bens adquiridos objeto de garantia do valor tomado, sendo liquidado antecipadamente o valor total em setembro de 2017.

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

Os prazos de vencimento estão assim distribuídos:

A vencer	2017	2016
2017	-	2.241
2018	4.909	850
2019	174	737
2020	-	566
Total	5.083	4.394

Os valores contábeis dos financiamentos aproximam-se de seu valor justo e são em moeda nacional não existindo cláusulas restritivas atreladas a índices financeiros.

17 Débitos diversos

	2017	2016
Obrigações com pessoal (a)	21.525	14.475
Fornecedores de bens e serviços (b)	28.877	35.725
Central Médica de Prevenção CMCC – aquisição carteira (nota 13)	876	1.480
Mensalidades antecipadas	1.610	2.948
Outros débitos	1.334	1.254
Total	54.222	55.882
Circulante	54.222	55.476
Não circulante	-	406
Total	54.222	55.882

(a) Nesse grupo estão apropriados os valores referentes à participação nos resultados.

(b) Esse item foi considerado como instrumento financeiro por categoria de passivos conforme a nota 5.

18 Conta corrente de cooperados

Referem-se a valores a pagar para cooperados por desligamento da Cooperativa R\$ 1.393 (2016 – R\$ 1.118).

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais**19 Provisões**

Nas datas das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências:

	Depósitos judiciais		Provisões		Provisão líquida	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Trabalhistas	9.355	11.974	35.314	29.969	25.959	17.995
Cíveis	-	14	32.095	35.548	32.095	35.534
Tributárias	120.247	104.594	130.561	118.095	10.314	13.501
Contratos onerosos (nota 3)	-	-	9.786	9.927	9.786	9.927
Total	129.602	116.582	207.756	193.539	78.154	76.957
Circulante	-	-	9.786	9.927	9.786	9.927
Não circulante	129.602	116.582	197.970	183.612	68.368	67.030
Total	129.602	116.582	207.756	193.539	78.154	76.957

(a) A movimentação das provisões no exercício de 2017 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>76.957</u>
(-) Compensação com depósitos judiciais	(12.861)
(+) Provisões, baixas e ajustes	28.606
(-) Pagamentos	(21.129)
(+) Atualização monetária	<u>6.581</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>78.154</u>

(b) Natureza das contingências

As provisões para suportar perdas prováveis com processos cíveis, trabalhistas e tributários, bem como os depósitos judiciais relacionados, quando aplicáveis (apresentados na nota 10), foram constituídas integralmente com base nas estimativas e atualizações da Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

- Contingências tributárias provisionadas – consistem, principalmente, em:
 - (i) Cobrança de PIS e COFINS – a Cooperativa discute judicialmente a tributação do ato cooperativo. As receitas desses atos são objetos de discussão em execução fiscal promovida pela União. Foi realizada a baixa parcial da provisão referente aos atos típicos praticados no plano de saúde dos cooperados e as operações de intercâmbio no montante de R\$ 833 em 2017 (2016 – R\$ 5.708). Em fevereiro de 2018 transitou em julgado o processo da COFINS, tendo sido reconhecida a não incidência sobre os atos cooperativos típicos, entendidos como todas as receitas provenientes de cooperados e cooperativas associadas, mantendo-se, todavia, a tributação quanto as operações praticadas com terceiros.
 - (ii) Autos de Infração da Receita Federal do Brasil, no âmbito do IRPJ e da CSLL, relativos aos anos de 2002 a 2004, referentes a deduções fiscais consideradas pelo fisco como não dedutíveis.
 - (iii) Processo movido pela União com execução fiscal referente INSS sobre valores pagos aos dirigentes e aos médicos plantonistas que prestam serviços em estabelecimentos da Cooperativa. Em 2017 a Cooperativa optou pela liquidação do processo efetuando adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) – MP 783/2017, Lei nº 13496/2017, instituído pela Secretaria da Receita Federal. O débito no montante de R\$ 12.801 deduzido do valor de R\$ 3.093 pago no REFIS de 2013, foi liquidado com pagamentos de R\$ 5.677, tendo como benefícios de redução de multa, juros e encargos no total de R\$ 4.031.
 - (iv) Em 2017 a Cooperativa constituiu provisão de contingência tributária referente a encargos legais oriundos do ajuste de provisão de faturamento antecipado no montante de R\$ 9.035
- Contingências trabalhistas e previdenciárias – consistem principalmente em reclamações de empregados vinculados a disputas sobre estabilidade e vínculo empregatício.
- Ações cíveis – as principais ações estão relacionadas a reclamações de cobertura de assistência médica e processos sobre a readequação da faixa etária, por meio de ações individuais.

(c) Passivos contingentes não provisionados no balanço

A Cooperativa tem contingências de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Depósitos Judiciais		Valor do risco na Classificação como Perda possível	
	2017	2016	2017	2016
Trabalhistas	402	314	7.675	6.906
Cíveis	-	-	4.441	5.007
Tributárias	-	-	8.355	10.276
Total	402	314	20.471	22.189

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

Os principais processos com probabilidade de perda possível, não provisionados, envolvendo a Cooperativa, na opinião da Administração e de seus consultores jurídicos, são:

- (i) Processos previdenciários que discutem a incidência de INSS, entre eles, sobre os honorários de médicos plantonistas.
- (ii) Processos cíveis que discutem a nulidade e revisão de cláusulas contratuais.
- (iii) Processos tributários que discutem a compensação de IRRF nas faturas dos contratos de planos com pessoas jurídicas.

(d) Garantias

Como garantia aos processos tributários, foram oferecidos prédios e terrenos do ativo imobilizado no valor de R\$ 11.066 (2016 – R\$ 11.762) e cartas de fiança bancária que totalizam o valor de R\$ 23.024.

20 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 275.889 (2016 – R\$ 239.835) pertence a 6.583 cooperados (2016 – 6.465). Cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do valor do seu capital.

As baixas por desligamento de cooperados impactaram a redução de R\$ 2.411 do capital subscrito de 2017 (2016 – R\$ 1.385).

As sobras à disposição da Assembleia Geral Ordinária do exercício de 2016 foram capitalizadas conforme decisão da Assembleia de março de 2017.

O capital social integralizado foi remunerado com juros sobre o capital próprio conforme determinação da Assembleia, sendo capitalizados em dezembro/2017.

As movimentações ocorridas podem ser assim demonstradas:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Sobras capitalizadas líquidas de IRRF	12.458	2.585
Integralização do capital	10.938	15.391
Juros sobre remuneração de capital líquidos de IRRF	15.069	13.963
Baixa de desligamento de cooperados	<u>(2.411)</u>	<u>(1.385)</u>
Total	<u>36.054</u>	<u>30.554</u>

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais

(b) Reservas de sobras

As reservas de sobras, regulamentadas por lei e estatuto da Cooperativa, podem assim ser identificadas:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fundo de reserva (i)	21.766	18.319
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES (ii)	199.074	111.271
Fundo de apoio operacional (iii)	1.051	887
Reserva de incentivo fiscal	<u>42</u>	<u>42</u>
	<u>221.933</u>	<u>130.519</u>

(i) Fundo de reserva

É constituído por meio da destinação de 20% do resultado líquido dos atos cooperativos principais, verificada no encerramento de cada exercício, bem como pela reversão dos créditos não reclamados no prazo de cinco anos, e destina-se a suprir eventuais perdas e atender ao desenvolvimento das atividades sociais, sendo indivisível entre os cooperados.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo em 1º de janeiro	18.319	13.754
Créditos não reclamados	165	51
Destinações estatutárias	<u>3.282</u>	<u>4.514</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>21.766</u>	<u>18.319</u>

(ii) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES

Destinado à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e aos empregados da Cooperativa, é constituído por 5% do resultado líquido apurado na demonstração do resultado (ato cooperativo principal) e pelo resultado de operações com não associados (ato cooperativo auxiliar).

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo em 1º de janeiro	111.271	70.060
Destinações estatutárias	821	1.128
Transferência resultado ACA	<u>86.982</u>	<u>40.083</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>199.074</u>	<u>111.271</u>

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

(iii) Fundo de apoio operacional

Destinado a suplementar as eventuais deficiências financeiras da Cooperativa, constituído de 1% do resultado líquido dos atos cooperativos principais.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo em 1º de janeiro	887	661
Destinações estatutárias	<u>164</u>	<u>226</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u><u>1.051</u></u>	<u><u>887</u></u>

(c) Reserva de reavaliação

Constituída em 2007 para reavaliação de ativos próprios e tributos diferidos:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Reavaliação de ativos próprios	4.190	4.352
Tributos diferidos	<u>(862)</u>	<u>(893)</u>
Total	<u><u>3.328</u></u>	<u><u>3.459</u></u>

(d) Resultado líquido

As reservas legais estatutárias e as sobras à disposição da Assembleia Geral Ordinária estão assim compostas:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo em 1º de janeiro	<u>16.862</u>	<u>3.480</u>
Sobras capitalizadas	(16.862)	(3.480)
Resultado líquido	<u>103.393</u>	<u>62.651</u>
Ato cooperativo principal (ACP)	16.411	22.568
Ato cooperativo auxiliar (ACA)	86.982	40.083
Destinação estatutária	<u>(91.087)</u>	<u>(45.789)</u>
(-) Fundo de reserva (20% ACP após compensação do resultado negativo ACA)	(3.282)	(4.514)
(-) FATES (5% ACP após compensação do resultado negativo ACA)	(821)	(1.128)
(-) Fundo de apoio operacional (1% ACP após compensação do resultado negativo ACA)	(164)	(226)
(-) Transferência de resultado de ACA para FATES	(86.982)	(40.083)
Realização da reserva de reavaliação	<u>162</u>	<u>162</u>
Sobras à disposição da AGO	<u><u>12.306</u></u>	<u><u>16.862</u></u>

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

21 Demonstração do resultado de atos cooperativos principal e auxiliar

	2017			2016		
	Ato cooperativo principal	Ato cooperativo auxiliar	Total	Ato cooperativo principal	Ato cooperativo auxiliar	Total
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	897.533	1.299.397	2.196.930	809.029	1.138.733	1.947.762
Receitas com operações de assistência à saúde						
Contraprestações líquidas	910.910	1.313.610	2.224.520	813.867	1.147.215	1.961.082
Variação das provisões técnicas	913.280	1.316.984	2.230.264	815.124	1.148.969	1.964.093
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(2.370)	(3.374)	(5.744)	(1.257)	(1.754)	(3.011)
	(13.377)	(14.213)	(27.590)	(4.838)	(8.482)	(13.320)
Eventos indenizáveis líquidos	(713.419)	(1.092.506)	(1.805.925)	(671.564)	(1.020.878)	(1.692.442)
Eventos conhecidos ou avisados	(714.442)	(1.103.772)	(1.818.214)	(671.867)	(1.003.998)	(1.675.865)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	1.023	11.266	12.289	303	(16.880)	(16.577)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	184.114	206.891	391.005	137.465	117.855	255.320
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	9.587	3.983	13.570	8.748	3.820	12.568
Outras receitas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	258.814	63.209	322.023	221.572	68.264	289.836
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar	248.663	25.727	274.390	212.320	32.531	244.851
Receitas com administração de intercâmbio eventual – assistência médico-hospitalar	10.151	37.018	47.169	9.252	35.169	44.421
Outras receitas operacionais	-	464	464	-	564	564
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde da operadora	(3.734)	(4.098)	(7.832)	(2.765)	(3.739)	(6.504)
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde	(4.967)	(7.612)	(12.579)	(7.641)	(11.615)	(19.256)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	(2.591)	(3.974)	(6.565)	(5.929)	(9.013)	(14.942)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	(154)	(236)	(390)	(231)	(351)	(582)
Provisão para perdas sobre créditos	(2.222)	(3.402)	(5.624)	(1.481)	(2.251)	(3.732)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	(325.682)	(34.500)	(360.182)	(243.752)	(47.089)	(290.841)
Resultado bruto	118.132	227.873	346.005	113.627	127.496	241.123
Despesas de comercialização	(1.317)	(2.017)	(3.334)	(1.707)	(2.595)	(4.302)
Despesas administrativas	(93.785)	(144.679)	(238.464)	(87.293)	(133.200)	(220.493)
Resultado financeiro líquido	(4.447)	56.768	52.321	(1.390)	68.253	66.863
Receitas financeiras	10.390	79.278	89.668	9.723	85.056	94.779
Despesas financeiras	(14.837)	(22.510)	(37.347)	(11.113)	(16.803)	(27.916)
Resultado patrimonial	1.358	181	1.539	260	1.060	1.318
Receitas patrimoniais	1.358	256	1.614	269	1.646	1.915
Despesas patrimoniais	-	(75)	(75)	-	(577)	(577)
Resultado antes dos impostos e das participações	19.941	138.126	158.067	23.506	61.023	84.529
Imposto de renda	-	(35.156)	(35.156)	-	(16.912)	(16.912)
Contribuição social	-	(13.294)	(13.294)	-	(6.431)	(6.431)
Impostos diferidos	-	2.711	2.711	-	3.830	3.830
Participação nos resultados	(3.530)	(5.405)	(8.935)	(938)	(1.427)	(2.365)
Resultado líquido	16.411	86.982	103.393	22.568	40.083	62.651

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais**22 Custos e despesas por natureza**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Custo assistencial	1.818.214	1.675.865
Despesa com serviços de terceiros	35.507	32.491
Despesa de salário e benefícios a empregados	132.253	122.783
Depreciação e amortização	20.574	19.271
Despesas de locação e condomínios	10.729	9.784
Despesas com publicidade e propaganda	13.089	12.185
Despesas com comunicação	4.598	4.817
Despesas com administração	14.066	12.821
Outras despesas	<u>10.982</u>	<u>10.643</u>
Total	<u>2.060.012</u>	<u>1.900.660</u>

Total do custo assistencial: R\$ 1.818.214 (2016 – R\$ 1.675.865); despesas de comercialização: R\$ 3.334 (2016 – R\$ 4.302); e despesas administrativas: R\$ 238.464 (2016 – R\$ 220.493).

23 Outras receitas e despesas operacionais

As outras receitas e despesas operacionais apresentadas na demonstração do resultado são assim compostas:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		
Remuneração por disponibilidade médica	9.107	8.234
Taxas e inscrições	<u>4.463</u>	<u>4.334</u>
Total	<u>13.570</u>	<u>12.568</u>
Outras receitas operacionais de assistência à saúde não Relacionadas com planos de saúde da operadora		
Receitas de intercâmbio	289.294	263.597
SOS serviços de urgências/emergências médicas	10.277	9.569
Saúde ocupacional	1.817	2.089
Atendimento particular e convênios	17.185	11.199
Outras receitas	<u>3.450</u>	<u>3.382</u>
Total	<u>322.023</u>	<u>289.836</u>

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde		
Provisão processos cíveis	5.886	10.018
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	390	582
Provisão para perdas sobre créditos/títulos incobráveis	5.624	3.732
Provisão para contratos onerosos	142	3.992
Outras despesas	<u>537</u>	<u>932</u>
Total	<u>12.579</u>	<u>19.256</u>
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		
Intercâmbio	253.643	241.624
Taxas	12.509	12.058
Transporte aeromédico	3.499	2.542
Saúde ocupacional	751	904
Despesas núcleo de atendimento - produto Unifácil	6.212	6.525
Custo de atendimento particular e convênios	2.194	8.944
Despesas operacionais SOS	17.523	15.721
Equipe multidisciplinar	1.071	1.295
Remuneração variável de honorário médico	53.600	-
Outras despesas	<u>9.180</u>	<u>1.228</u>
Total	<u>360.182</u>	<u>290.841</u>
24 Receitas e despesas financeiras		
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas Financeiras		
Receitas sobre ativos financeiros	63.367	70.275
Atualizações dos depósitos judiciais	10.038	11.679
Receitas financeiras por recebimento em atraso	8.172	7.658
Juros sobre capitalização	1.616	3.373
Atualizações dos créditos tributários	4.031	234
Outras receitas financeiras	<u>2.444</u>	<u>1.560</u>
Total	<u>89.668</u>	<u>94.779</u>
Despesas Financeiras		
Empréstimos bancários	(172)	(167)
Atualização das provisões	(6.581)	(8.491)
Juros sobre remuneração de capital	(17.728)	(16.428)
Encargos financeiros	(17)	(6)
Multa e juros (nota 23 (b))	(9.035)	-
Outras despesas financeiras	<u>(3.814)</u>	<u>(2.824)</u>
Total	<u>(37.347)</u>	<u>(27.916)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>52.321</u>	<u>66.863</u>

Unimed Porto Alegre – Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais

25 Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa do imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está apresentada a seguir e baseia-se no demonstrativo do resultado do ato cooperativo auxiliar mencionado na nota 21:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado antes dos impostos e das participações (nota 21)	138.126	61.023
Participações no resultado (empregados) proporcional ao ACA – ato cooperativo auxiliar (nota 21)	(5.405)	(1.427)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social – %	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(45.125)	(20.262)
Outras adições/exclusões permanentes	<u>614</u>	<u>749</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(45.739)</u>	<u>(19.513)</u>
Imposto de renda pessoa jurídica corrente	(35.156)	(16.912)
Contribuição social sobre lucro líquido corrente	(13.294)	(6.431)
Imposto de renda pessoa jurídica diferido	1.993	2.816
Contribuição social sobre lucro líquido diferida	<u>718</u>	<u>1.014</u>
Total	<u>(45.739)</u>	<u>(19.513)</u>

Os atos cooperativos principais não constituem base de cálculo dos impostos, razão pela qual a Cooperativa efetua a demonstração do resultado apurando o resultado tributável originado pelo ato cooperativo auxiliar (nota 21).

26 Partes relacionadas

(i) Transações e saldos

As transações realizadas pela Cooperativa com partes relacionadas estão representadas principalmente pelos eventos indenizáveis de seus próprios cooperados, sendo esses eventos remunerados de acordo com a tabela de Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM).

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas no ativo e passivo circulante e nas notas 14 (c) e 20, provisão de eventos a liquidar e patrimônio líquido, respectivamente.

(ii) Remuneração dos administradores

O pessoal-chave da Administração compreende os membros da Diretoria Executiva da Cooperativa (presidente, vice-presidente, superintendente-geral e diretores), conselheiros de administração e conselheiros fiscais. A remuneração paga ao pessoal-chave por serviços de gestão foi de R\$ 3.286 em 2017 (2016 – R\$ 2.901).

Unimed Porto Alegre — Cooperativa Médica Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais

27 Conciliação entre o resultado líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades operacionais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado líquido	103.393	62.651
Ajustes de		
Depreciação e amortização	20.574	19.271
Provisões técnicas	(6.545)	19.588
Perda na alienação do ativo imobilizado	55	584
Constituição de provisões para participação nos lucros	8.935	2.365
Provisão para perdas sobre créditos	5.624	3.732
Juros e variações monetárias, líquidos dos pagamentos efetuados	(73.405)	(81.954)
Impostos diferidos	(2.711)	(3.830)
Juros	24.481	25.087
Sobras de investimentos	(1.350)	(277)
Variações nos ativos e passivos		
Aplicação financeira	(82.210)	(41.615)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(20.807)	6.433
Tributos a recuperar	6.670	12.445
Outros valores e bens	(8.361)	(3.861)
Depósitos judiciais	13.492	(16.828)
Débitos de operações de assistência à saúde	(25.690)	(119)
Tributos e encargos sociais a recolher	20.871	(11.988)
Fornecedores	38.679	13.755
Outros passivos	(16.380)	20.146
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais — método direto	<u>5.315</u>	<u>25.585</u>

28 Seguros

Entre as coberturas de seguros contratadas em 31 de dezembro de 2017, merecem destaque os valores de cobertura para riscos em imóveis em relação a incêndio, raio ou explosão, no montante de R\$ 50.000 (2016 — R\$ 50.000). Adicionalmente a Cooperativa mantém apólices específicas para veículos e responsabilidade civil.

A Cooperativa conta com um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

* * *